



PLANEJAMENTO SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA

BIÊNIO 2017-2018





Presidente da República Federativa do Brasil

Michel Temer

Ministra de Estado dos Direitos Humanos

Luislinda Valois

Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos

Johaness Eck

Secretária Nacional de Cidadania

Flávia Piovesan

SUMÁRIO

1. Apresentação	02
2. Estrutura da Secretaria Nacional de Cidadania	04
3. Organograma	05
4. Competências.....	06
5. Processo de Planejamento	08
6. Planejamento da SNC.....	10
a. Visão de Futuro.....	11
b. Valores.....	13
c. Painel do Planejamento	14
d. Plano Operacional	15
7. Sistema de Governança.....	20



APRESENTAÇÃO

O ato de planejar é essencial para que uma organização pública preste seus serviços públicos com qualidade. Considerando isso, a Secretaria Nacional de Cidadania – SNC do Ministério dos Direitos Humanos apresenta seu Planejamento para os anos de 2017 e 2018. Trata-se de um planejamento sustentado em projetos estratégicos, a fim de garantir a continuidade e o aprimoramento de políticas essenciais, bem como possibilitar o avanço de ações sob sua responsabilidade.

É nessa tentativa de aprimorar o modelo de gestão, as políticas e os serviços públicos prestados à sociedade que a SNC apresenta esta publicação dispondo acerca da sua estrutura atual, suas competências, sua visão de futuro, seus valores e seu Plano Operacional, que, por sua vez, contempla os projetos estratégicos, resultados esperados e atividades com prazos de início e fim.

Se faz importante ressaltar que o Planejamento da Secretaria Nacional de Cidadania foi uma construção coletiva dos dirigentes e suas equipes e que levou em consideração instrumentos importantes para a política nacional de direitos humanos, como é o caso do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3, Plano Plurianual 2016-2019, planos temáticos específicos e compromissos assumidos nacional e internacionalmente.

ESTRUTURA DA SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA

Criada em 1997, na estrutura do Ministério da Justiça, como Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a unidade teve seu status elevado ao de ministério em 2003, na condição de Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o que permaneceu até 2010, quando passou a ter a denominação de Secretaria de Direitos Humanos SDH/PR, mantidos a vinculação institucional e o status ministerial.

Em outubro de 2015, a unidade retorna à denominação de Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, vinculada ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos – MMIRDH, por força da Medida Provisória nº 696, posteriormente convertida na Lei nº 13.266/2016. Além da SEDH, integravam o Ministério a Secretaria Nacional da Juventude – SNJ e as Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres - SPM e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

Em 12 de maio de 2016, 38 dias após a sanção da Lei que converteu a Medida Provisória de sua criação, o então MMIRDH é extinto e suas Secretarias Especiais transferidas para o Ministério da Justiça e Cidadania, pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.

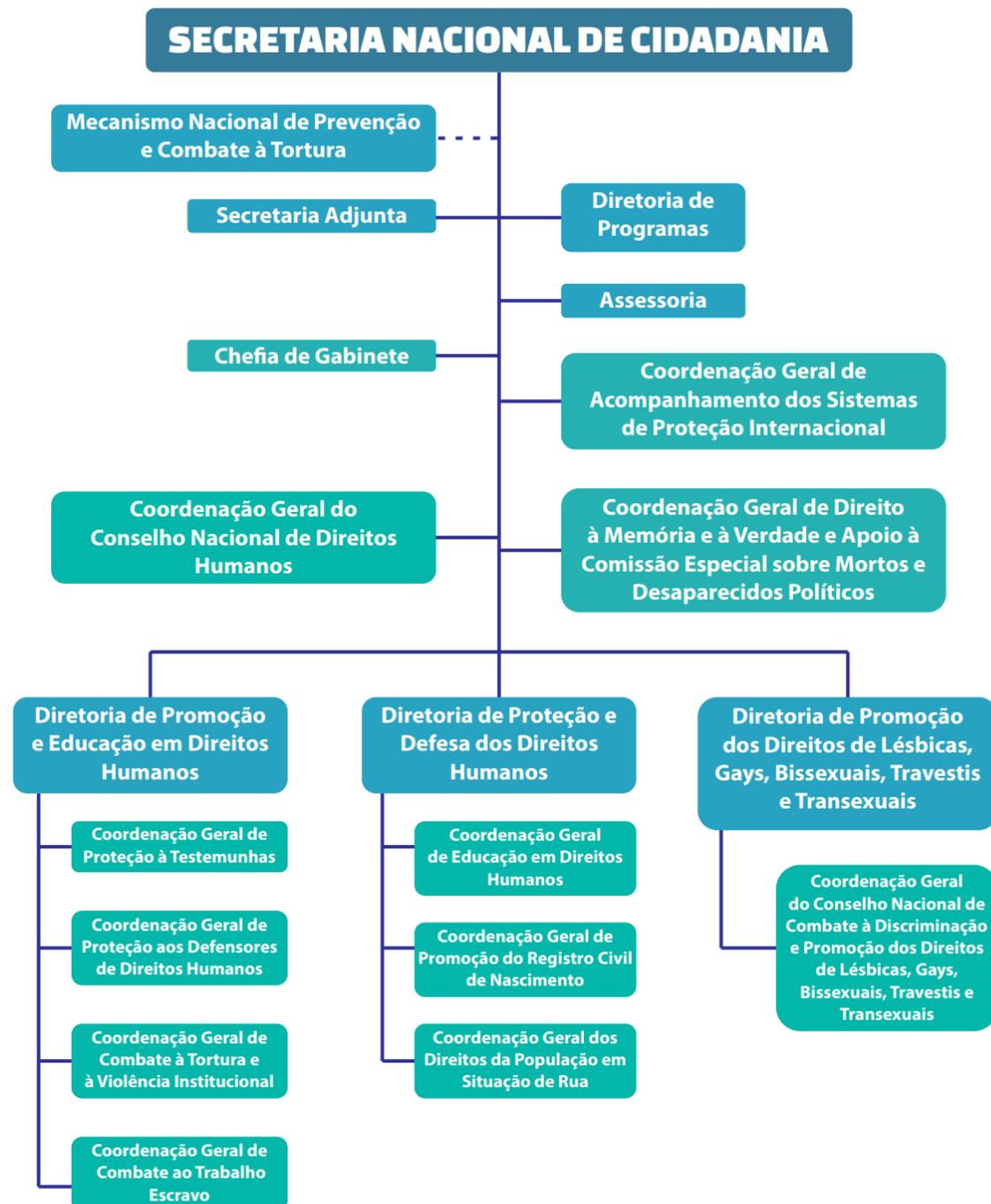
Durante o processo de conversão dessa MP na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, foi criada na estrutura do Ministério da Justiça e Cidadania o cargo de Secretário Especial dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tal Secretaria Especial assumiu as atribuições da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, até então vinculada à estrutura da Secretaria de Direitos Humanos.

Em 23 de maio de 2016, foi editada a MP nº 728 que criou, na estrutura do Ministério da Justiça e Cidadania, a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPD, assim como ocorreu no caso anteriormente exposto, essa Secretaria Especial assumiu as atribuições da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Durante o processo de conversão dessa MP na Lei nº 13.345, de 10 de outubro de 2016, foi criada a Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – SEPDDPI. Essa unidade assumiria as atribuições relacionadas aos direitos da pessoa idosa até então vinculadas à Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da SEDH.

Em 02 de fevereiro de 2017, foi publicada Medida Provisória 768 que criou o Ministério dos Direitos Humanos - MDH, transformando as Secretarias Especiais vinculadas ao MJC em Secretarias Nacionais vinculadas ao MDH, sendo que a Secretaria Especial de Direitos Humanos foi transformada em Secretaria Nacional de Cidadania. Em maio de 2017, a MP 782 que dispôs sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, revogou a MP 768, mas não alterou a configuração do Ministério dos Direitos Humanos. Nessa configuração, restaram à Secretaria Nacional de Cidadania as atribuições remanescentes da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e algumas unidades vinculadas aos antigos Gabinete do Ministro e Secretaria-Executiva da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O decreto de estrutura do Ministério dos Direitos Humanos foi publicado em 09 de agosto de 2017, apresentando a seguinte estrutura para a Secretaria Nacional de Cidadania:

ORGANOGRAMA



COMPETÊNCIAS

Tendo como norte a Constituição Federal, a legislação nacional aplicada aos Direitos Humanos, o arcabouço jurídico internacional de Direitos Humanos no âmbito da ONU e da OEA e o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH-3, a SNC visa garantir o desenvolvimento da política de estado de Direitos Humanos, promovendo ações de promoção e educação, bem como de proteção e defesa dos direitos humanos. Além da implementação direta de determinadas políticas e serviços, a Secretaria atua como articuladora de ações junto aos demais órgãos da administração pública federal, assim como no âmbito de estados e municípios, nos três Poderes. Seu cotidiano é marcado por intensa participação social destacada pela existência e funcionamento de diversos colegiados que agem na promoção e defesa de direitos, realizando o controle social e participando de maneira decisiva nas diversas fases do ciclo das políticas públicas. A implementação das suas ações conta com a parceria essencial de organizações da sociedade civil, bem como com a cooperação com organismos internacionais e o engajamento de órgãos públicos de todo o país.

Com efeito, ressaltam-se, em sua atuação, as seguintes pautas: direito à memória e à verdade e mortos e desaparecidos políticos; diversidade religiosa; direitos da população LGBT; direitos da população de rua; promoção do registro civil de nascimento; educação em direitos humanos; proteção aos defensores de direitos humanos; proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas; combate à tortura; combate ao trabalho escravo; e empresas e direitos humanos.

Além disso, a Secretaria participa de forma destacada nas manifestações do Estado brasileiro frente aos organismos internacionais de direitos humanos, tanto na apresentação de relatórios periódicos quanto aos tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, bem como na defesa do Estado brasileiro junto à Comissão e à Corte Interamericanas de Direitos Humanos.

COMPETÊNCIAS, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 9.122, DE 09 DE AGOSTO DE 2017:

I - assessorar o Ministro de Estado na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção, à proteção e à defesa dos direitos humanos;

II - coordenar e monitorar a implementação da política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos;

III - articular iniciativas e apoiar projetos voltados à implementação da política de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos em âmbito nacional, promovidos por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de todos os níveis de governo, por organizações da sociedade civil e por organismos internacionais;

IV - atuar em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos, sem prejuízo das competências dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas;

V - encaminhar ao Ministro de Estado propostas de atos necessários para o cumprimento de decisões de organismos internacionais motivadas por violação dos direitos humanos e realizar eventual pagamento de valores decorrentes;

VI - articular-se com os demais órgãos da administração pública federal na definição da posição do Estado brasileiro relativas a petições e casos em trâmite no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e, respeitadas as competências dos demais órgãos, atuar no cumprimento de suas decisões.

VII - elaborar relatórios e informes em cumprimento aos compromissos decorrentes da assinatura de tratados internacionais pelo Estado brasileiro;

VIII - proceder ao pagamento de indenizações decorrentes de decisões da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos;

IX - coordenar as ações de promoção do direito à memória e à verdade;

X - coordenar as ações referentes às políticas públicas voltadas aos públicos vulneráveis, como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e população em situação de rua;

XI - coordenar as ações referentes às políticas públicas de registro civil de nascimento, à educação em direitos humanos, ao respeito à diversidade religiosa e à laicidade estatal, à cooperação para erradicação do trabalho escravo e à temática de empresas e direitos humanos;

XII - exercer as atribuições de órgão executor federal do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pelo art. 12 da Lei no 9.807, de 13 de julho de 1999, e apoiar, monitorar e supervisionar a implementação dos programas estaduais de proteção a vítimas e a testemunhas;

XIII - articular e implementar a Política de Proteção a Defensores de Direitos Humanos;

XIV - executar e coordenar o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto no 8.724, de 27 de abril de 2016, e apoiar, monitorar e supervisionar a implementação dos programas estaduais de proteção aos defensores de direitos humanos;

XV - coordenar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, nos termos da Lei no 12.847, de 2 de agosto de 2013;

XVI - prestar apoio ao funcionamento do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;

XVII - exercer a função de Secretaria-Executiva do CNDH;

XVIII - prestar apoio ao funcionamento dos colegiados a ela vinculados por ato normativo específico;

XIX - coordenar a realização de processos de participação social relacionados às temáticas de promoção e defesa dos direitos humanos;

XX - analisar as propostas de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres relacionados aos temas sob sua responsabilidade e o acompanhamento, a análise e a fiscalização da execução;

XXI - propor a adequação e o aperfeiçoamento da legislação relativa aos direitos humanos; e

XXII - expedir atos normativos referentes à gestão das políticas públicas de direitos humanos sob a sua responsabilidade e ao funcionamento da Secretaria.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO

O processo de elaboração do Planejamento da Secretaria Nacional de Cidadania se iniciou em dezembro de 2016, quando os dirigentes, juntamente com seus coordenadores, realizaram uma análise de cenário de suas respectivas áreas, a fim de propor projetos estratégicos que focassem em entregas a serem realizadas até dezembro de 2018.

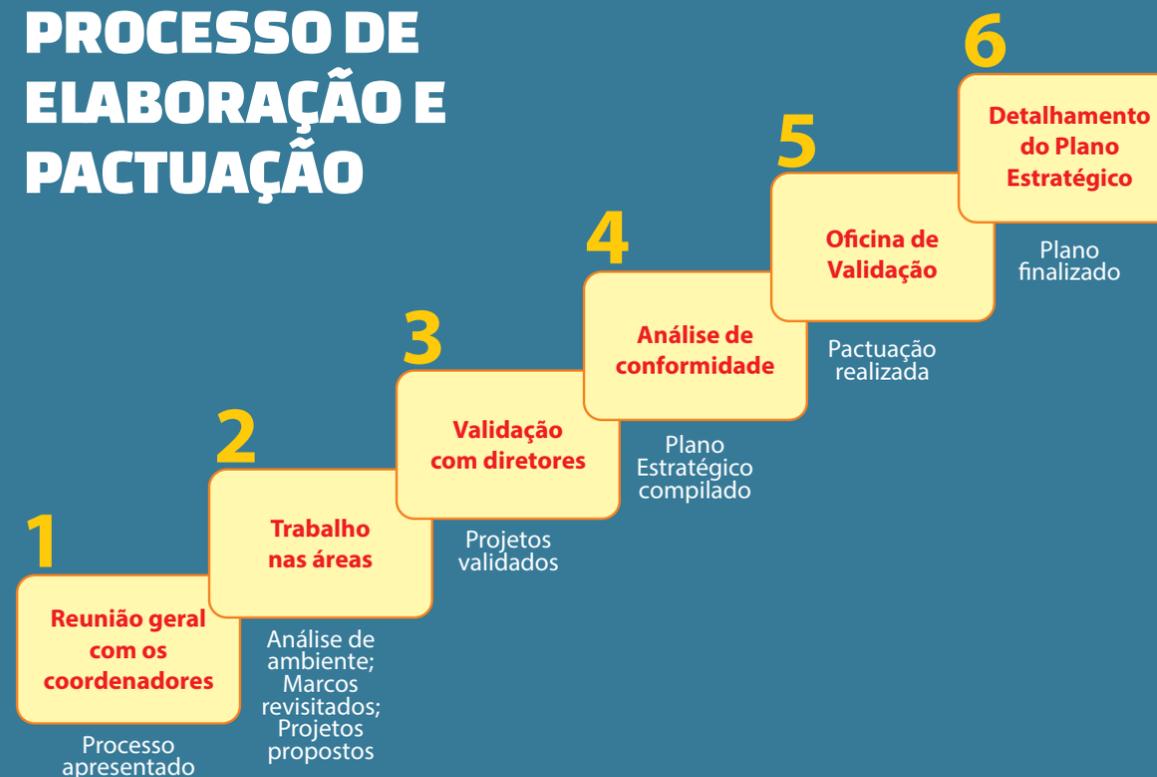
O planejamento foi estruturado de maneira a declarar a Visão de Futuro da Secretaria, a partir de um alinhamento de quais deveriam ser seus objetivos estratégicos, respectivos resultados esperados e projetos estratégicos a serem implementados entre os anos de 2017 e 2018.

Após o trabalho interno à SNC, foi realizada oficina, em parceria com a ENAP, que propiciou um espaço para um resgate das principais conquistas e desafios da Secretaria nos últimos 20 anos e um alinhamento em torno de objetivos, resultados e projetos a serem executados no biênio. O ambiente de reflexão, diálogo e construção coletiva foi estruturado de forma a possibilitar a participação dos diversos atores na elaboração dos resultados da Oficina: Secretária, dirigentes, coordenadores-gerais.

Após a Oficina, o plano foi detalhado e validado no Comitê de Coordenação, Planejamento e Orçamento (CCP), instância de governança da Secretaria Nacional de Cidadania responsável pela elaboração e monitoramento do Plano.

O Planejamento da Secretaria Nacional de Cidadania foi formalmente aprovado por meio da Portaria nº 24, de 05 de outubro de 2017, assinada pela Secretária Nacional de Cidadania.

PROCESSO DE ELABORAÇÃO E PACTUAÇÃO



PLANEJAMENTO DA SNC

VISÃO DE FUTURO

Ser uma organização fortalecida e comprometida com a promoção e proteção dos Direitos Humanos como política de estado transversal e democrática, valorizando a dignidade da pessoa humana, as diversidades e a participação social.

VALORES



Ser uma organização fortalecida e comprometida com a promoção e proteção dos Direitos Humanos como política de estado transversal e democrática, valorizando a dignidade da pessoa humana, as diversidades e a participação social.

OBJETIVO 1

Implementar políticas de proteção e defesa dos direitos humanos transversalizadas de forma interconstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque nas mais graves violações.

Resultados

- Os programas de proteção a pessoas ameaçadas reestruturados com vistas à consolidação de uma política de Estado
- Política de combate ao trabalho escravo e Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura implementados.

Projetos

1. Aprimorar a institucionalidade e a gestão dos Programas de Proteção
2. Fortalecer o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
3. Implementar o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo
4. Implementar sistemas de informação dos programas de proteção a pessoas ameaçadas.

OBJETIVO 2

Implementar políticas de promoção dos direitos humanos transversalizadas de forma interinstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque na valorização e respeito às diversidades.

Resultados

- Avaliação de base sobre "Empresas e Direitos Humanos" realizada
- Documento orientador sobre nova Política Nacional para a população em situação de Rua - PNPSR, focada na "moradia - primeiro", aprovado
- 3000 pessoas capacitadas pela Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos
- 20 ações concretas realizadas pelas entidades apoiadoras no âmbito do Pacto Universitário
- Diretrizes de atendimento para populações prioritárias pactuadas no âmbito do Registro Civil de Nascimento
- Pacto Interfederativo de Enfrentamento à Violência LGBT lançado em parceria com o CNCD e Discriminação/LGBT
- Agenda legislativa para avanço de memória, verdade e reparação, buscando a não repetição
- Discussões sobre legado repressivo do estado fomentadas.

Projetos

1. Instituir a Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos
2. Formalizar o Pacto Nacional de Combate à LGBTforbia
3. Elaborar e implantar nova concepção de metodologia da Política Nacional para a preocupação em situação de rua
4. Realizar busca e identificação de desaparecidos políticos
5. Erradicar o subregistro civil com atendimento adequados das populações prioritárias
6. Celebrar os 70 anos de Declaração Universal dos DH
7. Implementar o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Paz e dos Direitos Humanos
8. Realizar a 12ª Mostra Cinema de Direitos Humanos
9. Realizar avaliação de base sobre Empresas e Direitos Humanos para futura elaboração de Plano Nacional sobre a temática
10. Fortalecer as discussões sobre Diversidade Religiosa e Estado Laico

OBJETIVO 3

Fortalecer a institucionalidade da Secretaria

Resultados

- Sistema de governança implementado na Secretaria Nacional de Cidadania
- Autonomia administrativa e orçamentária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos articulada e institucionalidade fortalecida
- Atuação da SNC junto às redes de direitos humanos fortalecida
- Ações de Direitos Humanos promovidas junto ao Sistema de Justiça

Projetos

1. Implementar o Sistema de Governança
2. Implementar ações que garantam a institucionalidade, a autonomia administrativa e orçamentária do CNDH
3. Fortalecer a atuação da Secretaria Nacional de Cidadania junto às redes de políticas de direitos humanos
4. Promover ações de Direitos Humanos junto ao Sistema de Justiça

OBJETIVO 4

Fortalecer os mecanismos de monitoramento e seguimento das políticas de direitos humanos

Resultados

- Sistemática, fluxos e sistemas para monitoramento e regulamento de recomendações, denúncias e políticas de Direitos Humanos estabelecidos

Projetos

1. Reorganizadas, fortalecer e aprimorar a capacidade da Secretaria Nacional de Cidadania com vistas à atuação no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e à articulação federativa para cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.
2. Iniciar a estruturação de um observatório nacional de monitoramento da implementação de compromissos e recomendações nacionais e internacionais de direitos humanos
3. Suprimir passivo de relatórios para os órgãos de tratados internacionais sobre Direitos Humanos e aprimorar a capacidade de articulação e incidência da Secretaria Nacional de Cidadania na elaboração e disseminação dos relatórios internacionais

PLANO OPERACIONAL

OBJETIVO 1	Implementar políticas de proteção e defesa dos Direitos Humanos transversalizadas, de forma interinstitucional, Interfederativa e intergovernamental, com enfoque nas mais graves violações.			
	Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 1.1 Aprimorar a institucionalidade e gestão dos Programas de Proteção	Acompanhar e monitorar a execução dos convênios do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA	Jun/17	Dez/2018	Manutenção, monitoramento in loco e acompanhamento da prestação de contas de 14 convênios do PROVITA
	Acompanhar e monitorar a execução dos convênios do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH	Jun/17	Dez/2018	Manutenção, monitoramento in loco e acompanhamento de 6 convênios do PPDDH
	Capacitar gestores e executores dos programas em relação aos novos marcos legais, aos fluxos estabelecidos para formalização, monitoramento e prestação de contas, em relação às metodologias do PROVITA	Jun/17	Dez/2018	Capacitação de atores dos Ministérios Públicos, Poder Judiciário, Conselhos Deliberativos
	Capacitar gestores e executores dos programas em relação aos novos marcos legais, aos fluxos estabelecidos para formalização, monitoramento e prestação de contas, em relação às metodologias do PPDDH	Jun/17	Dez/2018	1 encontro nacional das equipes para capacitação de atores do PPDDH realizado

Projeto 1.1 Aprimorar a institucionalidade e gestão dos Programas de Proteção	Manter em funcionamento as instâncias de participação social do PROVITA - Programa de Proteção às Vítimas e testemunhas Ameaçadas, tais como Colégio de Presidentes, Câmara Técnica e Fórum Permanente	Jun/2017	Dez/2017	Reuniões das instâncias realizadas
	Formalizar Comissão com participação de estados, entidades executoras e outros órgãos para estudo e proposição de aperfeiçoamento legislativo para os programas de proteção a pessoas ameaçadas, quanto aos seus fluxos, procedimentos, pactuação e instrumento de transferência de recursos	Jun/2017	Nov/2017	Portaria publicada
	Fazer o encaminhamento das proposições resultantes do Grupo de Trabalho Interno às Secretarias Nacionais para aprimoramento da Gestão dos Programas de Proteção	Dez/2017	Dez/2018	Relatório apresentado; Encaminhamentos realizados
	Aperfeiçoar o marco legal do PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos	Fev/2018	Dez/2018	Proposta de substitutivo ao PL 4.575/2009 encaminhada ao congresso
	Aprimorar os canais de participação social no PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos	Jun/2017	Mai/2018	Proposta de metodologia da participação social finalizada
	Publicar portaria que regulamenta o Decreto 8.724/2016	Jun/2017	Out/2017	Portaria publicada

Projeto 1.1	Manter o PROVITA - Programa de Proteção às Vítimas e testemunhas Ameaçadas inserido no cenário internacional, em especial junto ao TPI - Tribunal Penal Internacional e à EUROPOL	Jun/2017	Dez/2017	Credenciamento do PROVITA - Programa de Proteção às Vítimas e testemunhas Ameaçadas para acolhimento de testemunhas de crimes investigados pelo TPI- Tribunal Penal Internacional realizado
	Articular junto aos Conselhos de Classe Profissionais medidas para emissão de documentos sigilosos para PROVITA - Programa de Proteção às Vítimas e testemunhas Ameaçadas	Jun/2017	Abr/2018	3 acordos celebrados, para emissão de carteiras de identidade profissionais sigilosas
Projeto 1.2	Atividades			
	Organizar e lançar o Pacto Nacional para Prevenção e Combate à Tortura	Jun/2017	Set/2017	Pacto publicado no Diário Oficial da União
	Articular a adesão ao Pacto	Jun/2017	Dez/2018	10 Estados pactuados
	Estabelecer metodologia de monitoramento da implementação do Pacto	Set/2017	Dez/2017	Metodologia estabelecida
	Monitorar as adesões ao Pacto e seu cumprimento	Ago/2017	Dez/2018	Monitoramento das 10 adesões realizado
	Articular a adesão dos comitês e mecanismos estaduais ao SNPCT - Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura	Ago/2017	Dez/2018	7 Adesões ao SNPCT - Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura
	Auxiliar os estados a criarem e fortalecerem as instâncias de prevenção e combate à tortura	Ago/2017	Dez/2018	Apoio a pelo menos 10 estados
	Criar, em conjunto com o CNPCT - Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, diretrizes para criação e atuação dos comitês estaduais	Ago/2017	Abr/2018	Diretrizes publicadas

Projeto 1.2	Revisar o PAIPCT - Plano de Ações Integradas para a Prevenção e Combate à Tortura	Out/2017	Mai/2018	Minuta de plano organizada
	Organizar e realizar consultas públicas ao II PAIPCT - Plano de Ações Integradas para a Prevenção e Combate à Tortura	Mai/2018	Jul/2018	Divulgação da consulta e sistematização de propostas
	Discutir e aprovar o II PAIPCT - Plano de Ações Integradas para a Prevenção no Combate à Tortura no CNPCT - Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura	Mai/2018	Set/2018	II Plano aprovado
	Analisar administrativamente medidas para a independência orçamentária do MNPCT - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura	Jan/2018	Abr/2018	Proposta estruturada Estudo orçamentário anual realizado
	Articular e preparar reunião ordinária do SNPCT - Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura	Ago/2017	Dez/2018	2 Reuniões realizadas
	Organizar reuniões ordinárias e extraordinárias do CNPCT - Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, bem como exercer atividades de secretariado executivo	Jun/2017	Dez/2018	9 Reuniões realizadas
	Articular reunião técnica sobre Protocolo de Istambul para auxiliar na sua difusão	Jun/2018	Dez/2018	Reunião realizada

	Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 1.3 Implementar o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo	Articular politicamente para a aprovação do substitutivo do PLS 432/2013 que mantém conceito de trabalho escravo	Jun/2017	Dez/2018	4 Reuniões de articulação realizadas
	Avaliar o II Plano Nacional e elaborar o III Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo	Jun/2017	Dez/2018	Documento com avaliação consolidada do II Plano realizado; Metodologia para construção do III Plano construída; III Plano aprovado na CONATRAE
	Articular parcerias com órgãos e instituições para produção de dados sobre trabalho escravo	Jun/2017	Jun/2018	7 Parcerias institucionais para produção de dados, pesquisas e indicadores sobre trabalho escravo firmadas
	Mapear pesquisas e definir projeto do Observatório do Trabalho Escravo	Ago/2017	Dez/2018	Mapeamento das pesquisas sobre trabalho escravo existentes realizados; Definição de projeto para Observatório do Trabalho Escravo finalizado; Plataforma digital com acervo de produções de instituições governamentais, de pesquisa e da sociedade civil sobre trabalho escravo contemporâneo lançada
	Articular com os estados a assinatura do Pacto	Jun/2017	Dez/2018	6 Novas adesões
	Apoiar a criação de novas COETRAES - Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo	Jun/2017	Dez/2018	11 Novas COETRAES - Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo criadas
	Apoiar a criação de Planos Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo	Jun/2017	Dez/2018	10 Novos Planos estaduais

	Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 1.4 Implementar sistemas de informação dos programas de proteção a pessoas ameaçadas	Finalizar o sistema de informações do PPDDH	Jun/2017	Dez/2017	Sistema validado
	Capacitar equipes técnicas para utilização do sistema de informações do PPDDH	Jan/2018	Dez/2018	6 Equipes capacitadas
	Implementar o IDEHA - Instituto de Desenvolvimento Humano e Educação Ambiental nos estados que executam o PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e no Programa Federal	Jun/2018	Dez/2018	Sistema implementado
	Implementar o banco nacional de dados do PROVITA - Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas	Jun/2017	Dez/2018	Sistema implementado

OBJETIVO 2	Implementar políticas de promoção dos direitos humanos transversalizadas de forma interinstitucional, Interfederativa e intergovernamental, com enfoque na valorização e respeito às diversidades.			
	Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 2.1 Instituir a Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos	Pactuar parceria	Jun/2017	Out/2017	Acordo Assinado
	Produzir módulos de conteúdo	Jul/2017	Mar/2018	6 módulos produzidos
	Lançar a Escola	Out/2017	Out/2017	Evento realizado
	Iniciar o processo de abertura para matrículas	Jan/2018	Dez/2018	Matrículas realizadas nos 6 módulos
	Ofertar os módulos	Fev/2018	Dez/2018	6 módulos ofertados
Projeto 2.2 Formalizar o Pacto Nacional de Combate à LGBTfobia				

	Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 2.3 Elaborar e implantar nova concepção de metodologia da Política Nacional para a População em Situação de Rua	Elaborar proposta de serviço de moradia transitória no âmbito do SUAS - Sistema Único de Assistência Social	Jun/2017	Dez/2017	Proposta elaborada
	Articular a elaboração e publicação de normativas interministeriais para execução de serviço de moradia transitória	Jun/2017	Jun/2018	3 Normativas publicadas
	Elaborar publicação com experiências de referência sobre inclusão da população em situação de rua nos modelos de moradia no Brasil e Europa	Jan/2018	Out/2018	Publicação finalizada e distribuída
	Realizar Seminário Internacional de Habitação para População em Situação de Rua	Fev/2018	Nov/2018	Evento realizado
	Elaborar minuta de alteração do PL 5740/2016 da PNPSR - Política Nacional para População em Situação de Rua	Jul/2018	Dez/2018	Minuta elaborada
Projeto 2.4 Realizar busca e identificação de desaparecidos políticos				

Projeto 2.4 Realizar busca e identificação de desaparecidos políticos	Realizar expedições de busca e investigação do GTA - Grupo de Trabalho Araguaia	Out/2017	Out/2018	uma expedição realizada
	Articular a criação de espaço de Memória na Casa Azul - Marabá - PA	Jun/2017	Dez/2018	Local de memória criado
	Articular espaço institucional para o debate e monitoramento das recomendações da CNV - Comissão Nacional da Verdade	Jul/2017	Dez/2018	Espaço institucional formalmente instalado e em funcionamento
Atividades		Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 2.5 Erradicar o subregistro civil com atendimento adequado das populações prioritárias	Qualificar as informações sobre subregistro de populações prioritárias	Jun/2017	Dez/2018	3 Boletins Semestrais entregues
	Realizar Oficinas Temáticas para elaboração de fluxos e diretrizes específicas por grupo prioritário	Jun/2017	Dez/2018	9 Oficinas Temáticas para elaboração de fluxos e diretrizes específicas por grupo prioritário realizadas; 9 diretrizes pactuadas e publicadas
	Articular com os comitês gestores estaduais e municipais de RCN - Registro Civil de Nascimento a elaboração de fluxos de atendimento e a realização de mutirões	Jun/2017	Dez/2018	30 Fluxos pactuados e 40 Mutirões realizados
	Publicar materiais sobre RCN - Registro Civil de Nascimento e DB - Documentação Básica	Jun/2017	Dez/2017	03 Publicações entregues

	Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 2.6 Celebrar os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos	Encaminhar proposta de Decreto para instituição de Comissão Nacional para coordenar as celebrações	Ago/2017	Set/2017	Proposta encaminhada
	Realizar a Assinatura do Decreto	Dez/2017	Dez/2017	Decreto assinado
	Mapear iniciativas de Direitos Humanos pré-agendadas para vinculá-las às celebrações (da SNC e de outros atores)	Dez/2017	Fev/2018	Mapeamento realizado
	Propor iniciativas específicas da SNC para as celebrações	Out/2017	Dez/2017	Iniciativas propostas
	Conceber e propor conjunto de ações vinculadas à DUDH - Declaração Universal de Direitos Humanos a órgãos públicos federais, a governos estaduais e municipais, a colegiados e a organizações da sociedade civil	Fev/2018	Abr/2018	Propostas enviadas
	Realizar cerimônia de celebração dos 70 anos da DUDH - Declaração Universal de Direitos Humanos	Set/2018	Dez/2018	Cerimônia realizada
Atividades		Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 2.7 Implementar o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Paz e dos Direitos Humanos	Criar metodologia de segmentação e aproximação com Entidades Apoiadoras (EAs)	Jun/2017	Jun/2017	Metodologia concebida
	Articular com potenciais Entidades Apoiadoras (EAs)	Jun/2017	Dez/2018	adesões firmadas (total)
	Auxiliar a criação dos Planos de Atuação	Jun/2017	Dez/2018	40 planos elaborados
	Criar metodologia de monitoramento dos planos de atuação	Jun/2017	Nov/2017	Metodologia concebida
	Apoiar a realização de 50 ações concretas das Entidades Apoiadoras (Eas)	Nov/2017	Dez/2018	3 relatórios de acompanhamento das ações implementadas
	Monitorar semestralmente a implementação do Pacto	Jun/2017	Dez/2018	3 relatórios semestrais elaborados e divulgados

		Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 2.8	Realizar a 12ª Mostra Cinema e Direitos Humanos	Publicar edital de seleção da produtora nacional	Jul/2017	Out/2017	Edital Publicado
		Firmar parceria com entidade produtora	Set/2017	Nov/2017	Parceria firmada
		Apresentar projeto para Lei Rouanet	Set/2017	Nov/2017	Projeto enviado
		Prospectar recursos junto a patrocinadores	Set/2017	Mar/2018	Recursos Captados
		Realizar circuito principal	Mar/2018	Jun/2018	Circuito principal realizado
		Realizar circuito difusão	Mai/2018	Dez/2018	Circuito difusão realizado
		Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 2.9	Realizar avaliação de base sobre "Empresas e Direitos Humanos" para futura elaboração de Plano Nacional sobre a temática	Receber e analisar o produto do perito da União Europeia	Jul/2017	Set/2017	Nota técnica sobre o produto realizada; Termo de recebimento de produto
		Formalizar parceria para elaboração de metodologia e sistematização da avaliação de base	Jul/2017	Ago/2017	Termo de Acordo firmado
		Elaborar e implementar metodologia para sistematizar experiências e práticas na temática de empresas e direitos humanos	Set/2017	Set/2018	Metodologia elaborada e implementada
		Elaborar documento de sistematização da avaliação de base sobre "empresas e direitos humanos", com contribuições recebidas em consulta pública	Set/2018	Dez/2018	Documento de Sistematização da avaliação de base elaborado; Consulta Pública realizada e contribuições incorporadas

		Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 2.10	Fortalecimento das discussões sobre Diversidade Religiosa e Estado Laico	Produzir publicação sobre o seminário nacional realizado em novembro de 2016	Jun/2017	Dez/2017	Publicação lançada
		Realizar Seminário internacional sobre diversidade religiosa e estado laico	Jun/2017	Dez/2018	Evento realizado
		Produzir publicação sobre redações nota 1000 lançada em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)	Jun/2017	Dez/2018	Publicação lançada
		Produzir repositório de jurisprudência sobre intolerância religiosa no Brasil	Jun/2017	Mar/2018	Repositório lançado

OBJETIVO 3	Fortalecer a Institucionalidade de Secretaria			
	Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 3.1 Implementar o sistema de governança	Instituir o Sistema de Governança da SNC e designar os membros de cada instância.	Jun/2017	Jun/2017	Portaria de instituição do sistema de governança publicada; Portaria de designação dos membros publicada
	Monitorar o plano estratégico nas reuniões do CCP - Comitê de Coordenação e Planejamento	Jul/2017	Dez/2018	18 Relatórios de monitoramento remetidos aos dirigentes.
	Implementar instrumentos de preservação da memória institucional da SNC	Dez/2017	Dez/2018	2 Balanços anuais de atividades realizados e divulgados.
	Definir processos prioritários a serem mapeados até 2018	Ago/2017	Out/2017	3 Processos prioritários definidos.
	Mapear processos prioritários	Out/2017	Dez/2018	3 Processos mapeados e com propostas de aprimoramento
	Definir fluxos para aprimorar a gestão de crise	Jul/2017	Set/2018	Fluxo de gestão de crise definido
	Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 3.2 Implementar ações que garantam a institucionalidade, a autonomia administrativa e orçamentária do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos	Construir plano de ações com base nos requisitos necessários ao credenciamento como Instituição Nacional de Direitos Humanos	Jul/2017	Dez/2017	Plano de ação finalizado com metas de curto, médio e longo prazo
	Construir autonomia orçamentária do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos	Jun/2017	Dez/2018	Criação de ação orçamentária própria; Captação de 600 mil reais provenientes de emendas parlamentares; Elaboração de plano orçamentário para 2018

Projeto 3.2 Implementar ações que garantam a institucionalidade, a autonomia administrativa e orçamentária do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos	Articular a inclusão do caráter autônomo e independente do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos em instrumento normativo específico	Jun/2017	Jun/2018	Ato normativo específico publicado
	Realizar gestões junto aos órgãos competentes para apoiar a construção da autonomia administrativa do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos	Jun/2017	Jun/2018	04 Novos servidores requisitados; Espaço próprio definido
	Realizar ações de divulgação, de preservação da memória institucional e de transparência da atuação do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos	Jun/2017	Dez/2018	Site próprio criado e em funcionamento; Termo de cooperação assinado com IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Pesquisa sobre efetividade do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos realizada e publicada; 2 Relatórios anuais publicados; mil flyers distribuídos
	Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 3.3 Fortalecer a atuação da Secretaria Especial de Direitos Humanos junto às redes de políticas de direitos humanos	Organizar a atuação da SNC junto aos colegiados internos e externos	Jun/2017	Dez/2018	Composição dos colegiados internos e externos à SNC revisada; Temas estratégicos definidos para incidência nos colegiados; 3 Reuniões dos representantes da SNC em conselhos realizadas
	Organizar encontros de gestores da política de Direitos Humanos	Jun/2017	Dez/2018	3 Encontros realizados
	Organizar atividades de Direitos Humanos no âmbito das competências da SNC junto ao poder legislativo	Jun/2017	Dez/2018	3 audiências públicas e/ou seminários realizados; Captação de emendas parlamentares realizadas
	Monitorar e incentivar a implantação de estruturas de direitos humanos nos estados e eventualmente nos municípios	Jun/2017	Dez/2018	Levantamento das estruturas existentes realizado; Aumento em 10% de novas estruturas implantadas

Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Realizar o II Concurso de Sentenças Exitosas em Direitos Humanos com o CNJ - Conselho Nacional de Justiça	Ago/2017	Mar/2018	Edital do concurso lançado; Seleção realizada; Cerimônia de premiação realizada
Firmar parceria com CONDEGE - Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (dois acordos de cooperação firmados: um com Ouvidoria e outro com EDH - Educação em Direitos Humanos)	Mai/2017	Dez/2018	Parceria firmada e plano de trabalho realizado
Realizar curso EAD com ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados	Jul/2017	Dez/2017	Curso EAD realizado
Firmar novas Parcerias: Ministério Público, ANAPE - Associação Nacional dos Procuradores de Estado, ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos	Jul/2017	Dez/2018	Parcerias firmadas

Projeto 3.4
Promover ações de Direitos Humanos junto ao Sistema de Justiça

OBJETIVO 4	Fortalecer os mecanismos de monitoramento e seguimento das políticas de direitos humanos		
Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Retomar e dar continuidade às atividades do Comitê Técnico do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos	Jun/2017	Dez/2018	Registro das reuniões realizado
Organizar rede nacional de pontos focais estaduais para acompanhamento dos casos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos	Ago/2017	Out/2018	Portaria de instituição da rede publicada; Pontos focais capacitados
Implantar sistema de informação de acompanhamento dos casos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos, com foco no cumprimento das decisões	Dez/2017	Dez/2018	Sistema implantado
Elaborar procedimentos operacionais padrões (ou diretrizes) para cumprimento de decisões e negociação de soluções amistosas	Dez/2017	Set/2018	Mapeamento de processos; Elaboração do POP - Procedimento Operacional Padrão ou Diretrizes

Projeto 4.1
Reorganizar, fortalecer e aprimorar a capacidade da Secretaria Nacional de Cidadania com vistas à atuação no Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos e à articulação federativa para cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Projeto 4.1 Reorganizar, fortalecer e aprimorar a capacidade da Secretaria Nacional de Cidadania com vistas à atuação no Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos e à articulação federativa para cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.	Organizar e priorizar o passivo de casos	Jun/2017	Dez/2017	Relatório amplo dos 201 casos brasileiros no SIDH divididos por temática, com critérios de criticidade, elaborado
	Realizar e coordenar as missões periódicas do Governo Federal nas Unidades da Federação para o cumprimento das decisões dos órgãos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em especial o cumprimento das medidas cautelares e provisórias, bem como negociação de acordos de solução amistosa	Jun/2017	Dez/2018	Missões realizadas; Relatórios do Estado brasileiro aos órgãos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos entregues
	Capacitar operadores do Sistema de Justiça quanto ao funcionamento do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos	Jan/2018	Dez/2018	Capacitação realizada
Atividades		Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 4.2 Iniciar a estruturação de um observatório nacional de monitoramento da implementação de compromissos e recomendações nacionais e internacionais de Direitos Humanos	Atualizar inventário de recomendações, decisões e compromissos internacionais recebidos pelo Estado Brasileiro nos sistemas ONU e OEA, relacionados às temáticas da Secretaria Nacional de Cidadania	Jul/2017	Dez/2018	Sistematização das recomendações internacionais recebidas pelo Brasil, por órgão e por tema

Projeto 4.2 Iniciar a estruturação de um observatório nacional de monitoramento da implementação de compromissos e recomendações nacionais e internacionais de Direitos Humanos	Atualizar situação de cumprimento dos compromissos e recomendações internacionais, relacionadas às temáticas da SNC, com base em informações constantes nos relatórios nacionais aos respectivos órgãos de tratados, e subsídios recebidos de órgãos do poder público	Set/2017	Dez/2018	Sistematização da situação de cumprimento das recomendações internacionais, com base em informações constantes nos relatórios nacionais aos respectivos órgãos de tratados, e subsídios recebidos de órgãos do poder público
	Incorporar compromissos e recomendações internacionais nas ações e políticas das áreas temáticas da Secretaria Nacional de Cidadania	Ago/2017	Dez/2018	Levantamento dos compromissos e diretrizes por área temática da SNC; Incorporação nas ações da SNC
	Estabelecer articulação e contato periódico com pontos focais a serem definidos em cada ministério e órgãos pertinentes para aprimoramento da capacidade de articulação e incidência da Secretaria Nacional de Cidadania na elaboração e disseminação dos relatórios, e monitoramento do cumprimento de recomendações internacionais	Jun/2017	Dez/2018	Definição de pontos focais em cada ministério e órgãos pertinentes; Realização de reuniões trimestrais com pontos focais; Levantamento e validação da situação de cumprimento de recomendações internacionais
	Acompanhar e monitorar medidas adotadas para cumprimento das recomendações internacionais recebidas que se referem às temáticas da Secretaria Nacional de Cidadania	Jun/2017	Dez/2018	Levantamento das medidas adotadas para cumprimento das recomendações realizado

Projeto 4.2 Iniciar a estruturação de um observatório nacional de monitoramento da implementação de compromissos e recomendações nacionais e internacionais de Direitos Humanos	Atualizar o portal ObservaDH para inclusão da situação de cumprimento das recomendações internacionais	Ago/2017	Dez/2018	Inclusão das informações sobre cumprimento das recomendações no portal ObservaDH
	Identificar tipo de sistema de Tecnologia da Informação, linguagem e padrões para estruturar observatório, a partir do modelo adotado no ObservaDH.	Ago/2017	Dez/2018	Registro de reuniões realizadas para estudo sobre sistema de Tecnologia da Informação, linguagem e padrões para estruturar observatório
	Organizar inventário de recomendações e compromissos nacionais, a partir de subsídios dos respectivos colegiados e órgãos nacionais.	Fev/2018	Dez/2018	Documento com levantamento das recomendações e compromissos nacionais, por meio de subsídios a serem enviados por colegiados e conselhos de direitos elaborado

Atividades	Início	Término	Entrega Prevista
Projeto 4.3 Suprimir passivo de relatórios para os órgãos de tratados internacionais sobre Direitos Humanos e aprimorar a capacidade de articulação e incidência da Secretaria Nacional de Cidadania na elaboração e disseminação dos relatórios internacionais (CAT - Comitê de Ajudas Técnicas, PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, CAT - Comitê de Ajudas Técnicas, Desaparecimentos Forçados, 2º agrupamento PSS - Protocolo de São Salvador)	Jun/2017	Dez/2018	Relatórios atualizados
Elaborar relatórios nacionais pendentes para órgãos internacionais (ONU - Organização das Nações Unidas e OEA - Organização dos Estados Americanos), com base em informações oficiais e subsídios recebidos	Ago/2017	Mai/2018	Minutas dos relatórios nacionais realizadas

<p>Projeto 4.3</p> <p>Suprimir passivo de relatórios para os órgãos de tratados internacionais sobre Direitos Humanos e aprimorar a capacidade de articulação e incidência da Secretaria Nacional de Cidadania na elaboração e disseminação dos relatórios internacionais (CAT - Comitê de Ajudas Técnicas, PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Desaparecimentos Forçados, DBC - Documento Básico Comum e Segundo Agrupamento PSS - Protocolo de São Salvador)</p>	Submeter relatórios nacionais a consulta pública para comentários e contribuições da sociedade civil e demais atores	Jul/2017	Jul/2018	Consultas públicas realizadas; Audiências públicas realizadas
	Entrega e depósito junto ao órgão internacional, e respectiva apresentação oficial em sessão pertinente	Jul/2017	Dez/2018	Relatório nacional entregue ao órgão internacional respectivo; Apresentação do relatório nacional e diálogo em sessão pertinente do respectivo órgão, a depender do calendário de sessões
	Dar publicidade ao relatório nacional entregue ao órgão internacional, assim como observações finais correspondentes	Jul/2017	Dez/2018	Divulgação no site da SNC do relatório entregue, da apresentação realizada e das conclusões e observações finais correspondentes
	Acompanhar e monitorar medidas adotadas para cumprimento das recomendações internacionais recebidas, em especial no âmbito da RPU - Revisão Periódica Universal.	Jun/2017	Dez/2018	Realização de reuniões trimestrais com pontos focais dos ministérios para levantamento das medidas adotadas para cumprimento das recomendações recebidas no 3º ciclo RPU - Revisão Periódica Universal; Atas das reuniões com pontos focais; Minuta de relatório de meio período sobre cumprimento das recomendações recebidas no 3º ciclo RPU - Revisão Periódica Universal, a ser apresentado em 2019

SISTEMA DE GOVERNANÇA

Concomitantemente com a construção do planejamento, foi iniciada a estruturação de um sistema de governança com a finalidade de coordenar os principais processos da Secretaria, a fim de definir formas e fluxos específicos para o monitoramento dos planos, ações e da atuação operacional da Secretaria.

O Modelo de Governança da Secretaria Nacional de Cidadania, bem como o seu Comitê de Coordenação, Planejamento e Orçamento-CCP, foram instituídos por meio da Portaria nº 69, de 15 de setembro de 2017.

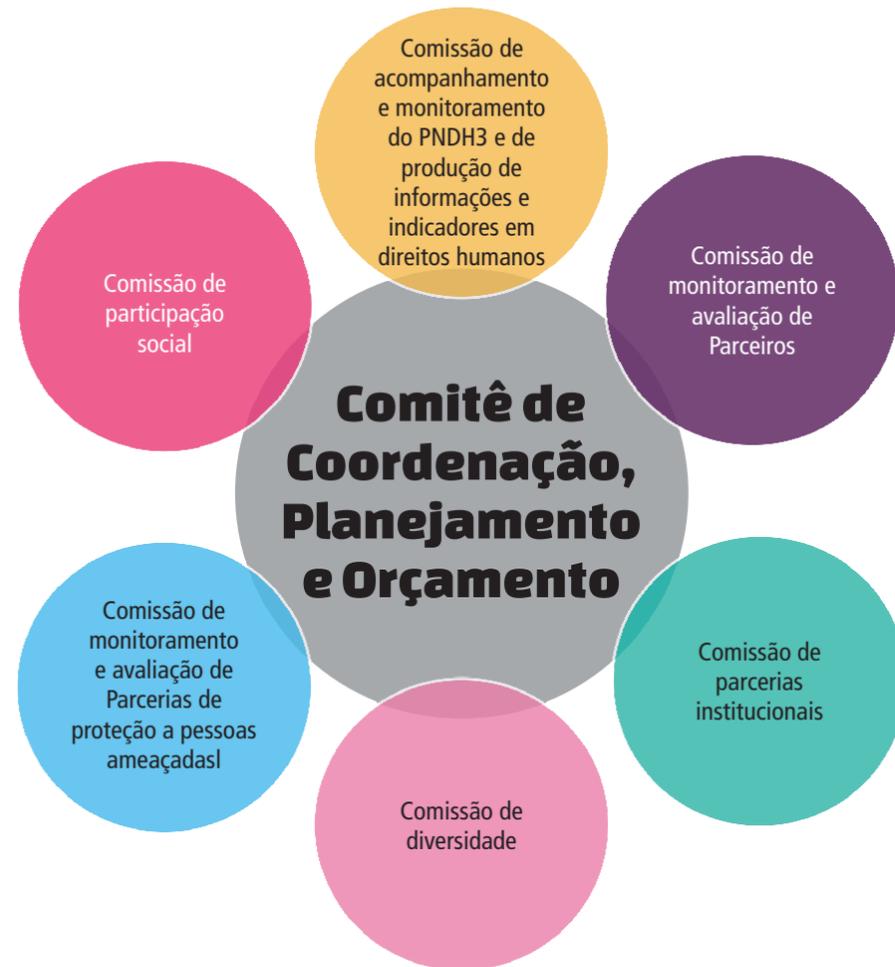
Tal estrutura é composta por um conjunto de instâncias de interlocução, compartilhamento e decisão, conforme indicado a seguir:

- Comitê de Coordenação, Planejamento e Orçamento (CCP) – instância de coordenação do processo de gestão estratégica da Secretaria, bem como de monitoramento da atuação operacional e do plano estratégico da SNC.
- Reunião de Dirigentes – ambiente de interlocução e compartilhamento de agendas e realizações e de avaliação de conjuntura.
- Reunião de Agenda – ambiente de preparação da agenda de trabalho da Secretária Nacional e de orientação à estruturação das agendas dos dirigentes e de acompanhamento da agenda legislativa.
- Despachos regulares – ambiente de interlocução, compartilhamento e decisão envolvendo a Secretária Nacional e o Dirigente de cada área estratégica
- Reunião de Equipe – ambiente de compartilhamento de informações e voltado para a capacitação de todo o quadro de colaboradores da Secretaria.

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA



Será vinculado ao CCP um conjunto de Comissões que acompanharão atividades e processos específicos e prestarão informações ao CCP.





SECRETARIA NACIONAL DE
CIDADANIA

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS

